

MAPEAMENTO SOCIAL DOS IMPACTOS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS DO MATOPIBA NA COMUNIDADE TAUÁ: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO CERRADO - BARRA DO OURO-TO

SOCIAL MAPPING OF THE IMPACTS OF LARGE AGRICULTURAL ENTERPRISES OF MATOPIBA ON THE TAUÁ COMMUNITY: A PERSPECTIVE AT THE CERRADO SAVANNAH PEASANT RESISTANCE PROCESS IN BARRA DO OURO (STATE OF TOCANTINS)

Rejane Cleide Medeiros de Almeida 1
Valéria Pereira Santos 2

1
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, faculdade de Ciências sociais (2017), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2009). Especialista em Educação do campo e Agroecologia (2017). É professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de educação do campo, Campus de Tocantinópolis. Atua como Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território-PPGCULT, UFT, campus Araguaína. Tem experiência e interesse na área de Sociologia Rural e Educação, atuando nos seguintes temas: Cultura, Território, territorialidades, Movimentos sociais do campo, Práticas agroecológicas, formação de educadores/as do campo, educação popular, nova cartografia social, povos e comunidades tradicionais. E-mail: rejmedeiros@uft.edu.br

2
Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela UFT (2019). Especialista em Geografia, Desenvolvimento Urbano e Regional pela UFT (2009). Assessora Educacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT, com atuação na Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Experiência com pesquisas e temáticas relacionadas as Comunidades tradicionais do Cerrado; A expansão do agronegócio no MATOPIBA; e Mulheres camponesas. E-mail: valeria_sants@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar os resultados da sistematização da experiência de mapeamento social desenvolvida na comunidade Tauá, sobre os impactos que as/os camponesas/es vêm sofrendo em relação ao avanço dos grandes empreendimentos agrícolas sobre seus territórios. A metodologia desenvolvida contou com registros de diário de campo, entrevistas semiestruturadas com camponeses/as que moram na comunidade. Também foram utilizados dados de pesquisa da CPT gerados através de trabalho de campo, realizada no primeiro semestre de 2018, relatório disponível no portal do movimento regional Por La Tierra. Assim como pela elaboração do mapeamento social da Gleba Tauá e de entrevistas com os moradores/as que organizaram o mapa da realidade do seu território. O resultado apontou que mesmo diante dos impactos e avanços do agronegócio sobre os territórios camponeses, cercadas por lavouras de soja em pequenas áreas de terra inferiores a 5 hectares, as famílias produzem alimentos através dos quintais produtivos.

Palavras-chave: MATOPIBA. Resistência camponesa. Mapeamento social.

Abstract: This paper aims to present the results of the systematization of the social mapping experience carried out in the Tauá community on the impacts that peasants have suffered through the advance of large agricultural enterprises on their territories. The methodology included field diaries, photographic records and semi-structured interviews with peasants living in the community. We also used research data of the Pastoral Land Commission (CPT) portal of the regional movement for the Earth. As well as for the elaboration of the social mapping of Gleba Tauá and of interviews with the inhabitants who organized the map of the reality of its territory. The result pointed out that even in the face of agribusiness impacts and advances on peasant territories, surrounded by soybean plantations in small land areas of less than 5 hectares, families produce food through productive farms.

Keywords: MATOPIBA. Peasant resistance. Social mapping.

Introdução

O mapeamento social dos impactos provocados pelos projetos de desenvolvimento agrícola, tratado como MATOPIBA, por se concentrar nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, se apresenta como avanço do agronegócio na destruição e invasão dos territórios campesinos, nesse caso, com a destruição do cerrado. Recorre-se ao que Garcia (2003) afirma sobre o que seria a “casa-grande” do ponto de vista de uma analogia, utilizando-se aqui para justificar de que forma o agronegócio comanda a vida rural, no qual, destaca o autor, a sede dos domínios rurais era, à época colonial, uma instituição que operava os negócios. E, os poderes econômicos, políticos, culturais e, sobretudo, religiosos continuavam sendo a forma de dominação do mundo social, recriando o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes, e os dos escravos das senzalas (GARCIA, 2003).

Vista dessa forma, a analogia possibilita o entendimento que se quer buscar para o tema em estudo, de que o domínio do mundo rural de hoje continua sendo dos senhores das casas-grandes, que neste caso são os latifundiários que atualizam seu domínio, sua forma e conteúdo de produção. Aqui se refere aos grileiros de terras, que buscam a qualquer custo ampliar seu patrimônio, a terra, para produzir e dominar, ou mesmo, arrendatários de terras, essa seria o que pode se qualificar de nova gestão da agricultura, administradores da casa-grande.

Sobre essa nova gestão da agricultura, Niederle e Wesz Jr. (2018) chamam atenção para o fato de que em relação ao uso da terra existem dois movimentos, sendo um onde o investidor adquire a terra, faz a abertura da área, quando faz, arrenda para um terceiro e passa a receber um fluxo de renda com pagamentos do arrendamento. Tal estratégia é considerada um bem financeiro, que atrai investidores, que o consideram uma fonte de retorno estável e de diversificação de portfólio. Neste caso, ressaltam os autores, não há interesse dos investidores de se tornar um produtor rural. Enquanto que no outro movimento, o investidor está financeiramente envolvido, tanto na compra da terra como na produção agrícola, isso o torna mais vulnerável aos riscos.

Observando a natureza e caracterização desses dois movimentos de gestão da terra e da natureza como ativos financeiros, a terra desempenha dois papéis econômicos diferentes, ora é um fator essencial de produção, ora atua como reserva de valor e cria riqueza, por meio da apreciação passiva. Também, podem ocorrer casos em que os investidores adquirem a terra e não arrendam, nem utilizam para produção agrícola, especulam, esperando a valorização da mesma, ou mesclam as estratégias.

Retomando, a discussão da casa-grande como lugar de produção das ideias da dominação da produção agrícola e, também, da opressão dos camponeses que seriam os dominados, da senzala, Medeiros (2017) destaca que as diferenças entre as formas de produção da vida no mundo rural subjazem à produção de sociabilidade desenvolvida na matriz da formação social do Brasil. E, nessa perspectiva, a analogia com a produção do agronegócio na região do MATOPIBA é a continuidade do processo de dominação dos donos da casa-grande em relação à senzala, visto que:

Com relação ao modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola na colônia portuguesa, recorreu-se à prática do monocultivo, especializando-se em um único produto destinado à produção, utilizando mão de obra escrava. Nas unidades de produção, utilizavam-se técnicas modernas, apesar da escravidão da mão de obra [...] (Medeiros, 2017, p. 31).

Nesse sentido, as elites se moviam para buscar explicações para as causas do atraso e do desenvolvimento econômico e social no Brasil moderno, no século XX, assim como as massas de trabalhadores também se moviam. O cenário nos anos de 1950 foi permeado

de intensos conflitos no campo brasileiro entre camponeses e latifundiários e um processo de organização, reivindicação, luta pela terra e contra a exploração do trabalho dos camponeses, que marcou significativamente o país.

O enfrentamento ao espólio e opressão dos latifundiários gerou contestações camponesas, que formaram as Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil dos anos de 1950, questionando a estrutura agrária do país, bem como buscou estabelecer novas relações entre o campesinato e o latifúndio. Nesse movimento de desenvolvimento do capital, os camponeses surgem como sujeitos políticos, e as diversas insurreições ganham forma, na sua primeira fase, por meio de enfrentamentos aos coronéis e fazendeiros, depois latifundiários e grileiros e, por último, contra o capital (MEDEIROS, 2017).

Tratar sobre fatos históricos que podem demonstrar como foi a construção da expropriação, opressão e invasão dos territórios dos povos que habitavam o Brasil, como a justificativa do desenvolvimento, é pertinente para este estudo.

Atualmente os conflitos agrários não mudaram. O projeto de país continua sendo o de avanço sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais, em nome do desenvolvimento, que agora recebe o nome de sustentável. Assim é que Sauer e Borrás Jr. (2016) abordam o tema de mercantilização da natureza e da sua apropriação, demonstrando que uma gama de atores sociais, com variedades de usos, com o repertório de sustentabilidade, da conservação ou de valores verdes se avolumam e criam narrativas, que vão desde a criação de mecanismos que denotam o tema, ambientalmente sustentável, incluindo a criação de reservas florestais, via compra de créditos de carbono, acordos de redução de emissões por diminuição do desmatamento (REDD+), investimentos estes para a produção de energia limpa, ecoturismo, entre outros, que compõem agendas ambientais (NIEDERLE; WESZ JR., 2018).

Os dados apresentados neste artigo estão organizados em seções, cuja exposição segue um esquema teórico-metodológico a partir dos dados da realidade e suas análises. Os dados apresentados se referem às informações a partir de um *survey*¹, no qual se busca, na perspectiva dos estudos de Malinowski (1978), o significado de *survey*. O autor define como sendo uma “visão exploratória”, que implica numa observação direta das unidades familiares em seu cotidiano. Destaca ainda que:

[...] os resultados da pesquisa científica, em qualquer ramo do conhecimento humano, devem ser apresentados de maneira clara e absolutamente honesta. Deve-se apresentar um [...] relato das condições sob as quais foram feitas as observações e coletadas as informações [...] com o propósito de poder mostrar [...] de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom senso [...] (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Os dados foram coletados em 2018 no município de Barra do Ouro -Tocantins. Sua execução permitiu a utilização de técnicas variadas de interação social mantidas pelo/a pesquisador/a em diálogos com os agentes sociais e a participação em reuniões, audiências públicas sobre o processo de invasão das terras camponesas, assim como de ocupações realizadas pelos mesmos, a fim de mostrar à sociedade como ocorre a usurpação de seus territórios por parte dos fazendeiros, grileiros de terras públicas e dos territórios camponeses. Foram realizadas anotações em diário de campo, que constitui uma técnica na pesquisa etnográfica, em que tudo que é visto, que é ouvido, ou lido é falado, é anotado.

¹ O *survey* constitui-se numa técnica de levantamento de dados, a partir do que pode ser dito como esboços preliminares. Utilizando analogias com o corpo humano, Malinowski explica que tal técnica possibilita a constituição do esquema tribal, faltando preencher com carne e sangue.

Para Malinowski (1978), os diários etnográficos deverão ter como objetivo a sistematização de diários e revelam um importante instrumento para os estudos dos “imponderáveis da vida real”. Servem, também, como instrumento significativo para registros da rotina de trabalho diário, modo de preparar a comida, existência de hostilidades, entre outros fenômenos da vida real. Realizou-se um mapeamento social na comunidade Tauá, que contou com os seguintes recursos metodológicos: 1. Reconstrução da trajetória da luta das/dos camponesas/es, 2. Depoimentos dos camponeses/as e, sobretudo a utilização de 3. Fontes documentais, a que Acevedo Marin e Castro (1998) se referem como “etnografia dos documentos”, como sendo o tratamento etnográfico em relação ao levantamento de fontes documentais, em que se verifica a dinâmica social de ocupação da terra pelos denominados posseiros. A técnica possibilita identificar os agentes sociais envolvidos no processo de disputa pela terra, assim como o “discurso da denominada ciência jurídica e as teorias sob controle dos operadores do direito” (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, p. 145).

A pesquisa indicou que ocorre, a hegemonia do agronegócio como forma e conteúdo de desenvolvimento do capitalismo, produtor de *commodities* e que com suas estratégias destrói a vida dos camponeses/as, desalojando-as/os dos seus territórios, invadem suas produções com outra cultura, que é baseada no monocultivo. No caso de Barra do Ouro, há uma intensificação da invasão dos territórios camponeses, com o uso de violências.

Entretanto, o poder hegemônico do agronegócio não se sustenta pelo que produz, ou seja, com larga escala de uso de agrotóxicos, ou seja, o poder do agronegócio, nesta perspectiva de uso de venenos não se sustenta. Contudo, o seu poder ocorre pelo controle político e econômico que possui sobre o Estado, em especial sobre os governos. Não obstante a este modo de produzir agricultura, os/as camponeses/as carregam outra forma de produção de alimentos, qual seja, a prática de policultivo, e hoje desenvolvem práticas agroecológicas, que pauta um desenvolvimento da agricultura diferente do agronegócio em escala, intensidade, temporalidade, lógica e dimensionalidade.

Na última década, o Cerrado tocantinense se transformou na “nova fronteira de expansão agrícola”, compondo a região denominada de MATOPIBA, que compreende o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o sudoeste do Piauí e o norte de Tocantins. Os “novos gaúchos” ou “projeteiros”, como ficaram conhecidos, invadiram o Tocantins, chegaram em condições diferentes da frente pioneira registrada na década de 1970, período de grandes conflitos com as populações locais. Este movimento corresponde ao movimento migratório de grupos familiares estabelecidos por algumas gerações, como de Santa Catarina e Mato Grosso, desenvolvendo capacidade técnica e empresarial, assumindo as formas capitalistas de produção conhecidas como o “agronegócio”, levando em conta que a região tem uma profunda concentração de terra e o caos fundiário, especialmente com a grilagem de terras públicas, fontes de conflitos, violência e violação de direitos, são, notadamente, problemas históricos no Brasil. E, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, que realizou-se no ano de 2010, no Rio Tocantins, nos Estados do Tocantins e Maranhão, impactou comunidades ribeirinhas, modificou o ambiente, desteritorializando famílias e provocando um dano material e imaterial para a vida das pessoas que ali nasceram e se criaram.

Outro fator que provoca danos às comunidades é a expansão da fronteira agrícola. Desde 2013, o estado do Tocantins compõe a nova fronteira agrícola brasileira, que denomina-se MATOPIBA. Sobre fronteira agrícola, Medeiros (2017, p. 76) destaca que:

A fronteira agrícola é um dos grandes fatores de concentração fundiária no Tocantins, isso porque sua localização geográfica é estratégica, possuindo uma topografia favorável para a exploração da atividade agrícola, com seus recursos hídricos, as vias de acesso e o incentivo das instituições públicas à expansão do agronegócio, a produção agrícola e a agropecuária, o que possibilita o aumento da concentração

fundiária e a elevação do índice das desigualdades sociais resultando em diversos conflitos no campo.

Tal fronteira de expansão do agronegócio tem aproximadamente 73 milhões de hectares de terras nas áreas de transição dos biomas Cerrado-Caatinga e Cerrado-Amazônia (SANTOS, 2019). Por MATOPIBA compreende-se às iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, como já foi citado anteriormente, correspondente a 337 municípios. Sua ampliação conta com o apoio do Estado brasileiro e com capital privado. Busca ampliar e fortalecer a agricultura de exportação de grãos e, a pecuária através de investimentos nas áreas de logística, avanço tecnológico e financiamento dos grandes projetos. Nesse sentido, a ampliação do uso das terras e o avanço sobre a estrutura fundiária é parte integrante desse projeto. Sobre Estrutura fundiária, compreende-se:

A estrutura fundiária de um país é, em grande medida, resultado das lutas entre latifundiários e camponeses pela posse das terras. Nesse sentido, é que o conceito de estrutura fundiária liga-se à questão da distribuição de terras em uma determinada sociedade e quanto mais desigual a distribuição das terras mais concentrada será a estrutura fundiária. Isso impõe um elemento importante nas lutas sociais: a disputa entre os camponeses e os latifundiários; uma vez que onde os camponeses foram capazes de impor sua força de luta aos monopolistas do latifúndio a estrutura fundiária tornou-se mais democrática; ao contrário, onde as forças do latifúndio predominaram sobre a força das lutas camponesas a concentração fundiária é mais concentrada, poderosa e opressora (MEDEIROS, 2017, p. 76).

Para Santos (2019), tal modelo “agrário, agrícola” tem crescido no Brasil e em toda a América Latina, desterritorializando comunidades e povos tradicionais, modelo de produção orientado por programas e políticas agrícolas, que desde os tempos coloniais tem dado maior incentivo à produção de *commodites*, produtos para a exportação (SANTOS, 2019).

Por agronegócio se compreende um modelo técnico, político e ideológico, que se expande impondo transformações nas paisagens naturais e nas dinâmicas de produção local, introduzindo um modo de produção agropecuária dependente de insumos químicos industriais, que intensifica ainda mais o caos fundiário das regiões empobrecidas. Nesse sentido, Fernandes (*apud* Saquet, 2017, p. 11) define o agronegócio como “[...] modelo que o capitalismo estabeleceu há menos de um século e se apresenta como totalidade, como único modelo de desenvolvimento possível para

As lutas de homens e mulheres compõem a trajetória da luta pela terra no Brasil. E, recuperar a história permite compreender a trajetória de sujeitos que protagonizaram e contribuíram para transformar a sociedade, criando condições para mudanças. Nesse sentido, Hobsbawm (1998, p. 30) apresenta seus estudos sobre essa temática e ressalta que:

[...] o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se escora num “sentido do passado” transformado.

Se recuperar os fatos históricos contribui para conhecer as marcas do passado, para que se possa, no presente do tempo pesquisado, conhecer a complexidade da sua existência, e que os fatos não se sobrepõem de forma mecânica, o que há, sobretudo, é uma relação intrínseca, que acompanha e que define, dialeticamente, o seu sentido. Por isso, os movimentos de resistência camponesa apresentam suas mais variadas formas.

Nesse sentido é que as lutas dos posseiros são exemplos de formas de resistência que contribuiriam para as disputas na luta pela terra no Brasil. Em especial, estes movimentos se destacam por expressarem, historicamente, a resistência de homens e mulheres que lutaram, e ainda lutam, contra a subordinação ao latifúndio, no qual estes sujeitos da região nordeste do estado do Tocantins se situam buscando desenvolver formas de visibilidade dos trabalhadores do campo, resultando em um tensionamento de projetos distintos, tanto políticos quanto de sociedade. De um lado, tem-se o projeto do latifundiário e a produção de monoculturas; de outro, o projeto dos camponeses que desenvolvem no campo formas e modos de vida baseados na produção e reprodução do trabalho familiar (Medeiros, 2017).

Comunidade Tauá: trajetória de luta e resistências

A comunidade Tauá, localiza-se na região nordeste do Tocantins, as margens do rio Tocantins e do rio Tauá, no município de Barra do Ouro. Possui uma população de 4.123 pessoas, localiza-se à 419 km de Palmas. É uma área de terra da União Federal que está em disputa judicial entre oitenta e duas (82) famílias camponesas de posseiros e ocupantes com um fazendeiro, que é um grande produtor de soja catarinense que alega propriedade de 17.735,000 hectares de terra. Essa é uma das comunidades camponesas de posseiros tradicionais da região nordeste do Tocantins, que foi formada por famílias que viviam em terras comuns de forma itinerante. Como entendimento de terras tradicionalmente ocupadas, Alfredo Wagner B. Almeida, (2004, p. 12-13), define como sendo:

A ocupação permanente de terras e seu uso caracterizam o sentido de “tradicional”, recuperando criticamente as legislações agrárias coloniais, as quais instituíram as sesmarias até a Resolução de 17 de julho de 1822 e depois estruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei n.601 de 18 de setembro de 1850, criando obstáculos de toda ordem para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas e os escravos alforriados. Coibindo a posse e instituindo a aquisição como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública, e favoreceu a fixação de preços suficientemente elevados das terras,⁸ buscando impedir a emergência de um campesinato livre. A Lei de Terras de 1850, nesta ordem, fechou os recursos e menosprezou as práticas de manter os recursos abertos seja por meio de concessões de terras, seja mediante os códigos de posturas, como os que preconizavam o uso comum de aguadas nos sertões nordestinos ou de campos para pastagem no Sul do País. A efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são urdidos mecanicamente nos aparatos burocrático-administrativos do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que historicamente monopolizaram a terra.

Essa definição remete à compreensão do porque a comunidade Tauá se autodenomina tradicional, que neste caso são os ocupantes, no qual as primeiras famílias a se fixarem nessa terra, na década de 1950, eram famílias camponesas que migraram do estado do Maranhão para o norte de Goiás (atual Tocantins) em busca de terra e melhores condições de vida.

No início, Tauá era uma comunidade bastante populosa, ocupavam as terras, principalmente nas margens dos córregos, e por isso, alguns córregos têm o nome dos antepassados (Cabeceira do Rosa, Cabeceira do Duque etc.). Em 1952 ocorreu a fixação das primeiras famílias na Gleba Tauá e a terra era comum e somente em 1980 ocorreu a Arrecadação da Gleba Tauá pelo Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins (GETAT) e fracionamento da terra em lotes titulados para algumas pessoas.

Na fala de moradoras e morador antigo da Gleba, como a Dona Carmina, Dona Raimunda e Seu Ananias, recordam que a comunidade Tauá tinha outra forma de viver a vida, era mais tranquilidade e conseguiam fazer as festas surpresas e juntar toda a população. “O povo ia a pé ou cavalo, mais iam, sempre tinha festa”. Mas, nos últimos tempos, segundo Dona Carmina, não se faz mais festas, apenas as celebrações e poucas pessoas vão. A mudança, segundo eles, veio com o corte das terras, que individualizou as propriedades e provocou o desassossego de muitas famílias. E a partir de 1950 a terra da comunidade Tauá era comum a todos, não era loteada. A roça era colocada dentro do território, depois os camponeses/as iam para outras áreas, pois como cultura, eles/as deixavam a terra descansar. A território comum, segundo Almeida (2008, p. 29), pode ser definido pelas normas próprias e pelo uso coletivo dos “recursos naturais”. Assim, a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”

Em relação a gleba Tauá, o território comum sofreu transformação devido a regularização fundiária realizada pelo GETAT. E, por se tratar de uma terra da União, que está entre o limite de 100 km da Rodovia Federal BR-153, em 1984, o GETAT arrecadou a área que corresponde a 17.735,000 hectares. Mas titulou apenas 5.779 hectares em forma de lotes individualizados, restando 11.956.0196 hectares de terras da União, ocupados pelas famílias que não tiveram acesso ao título (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

Foi a partir dos anos de 1990, que os conflitos começaram na comunidade, em relação às invasões de terras por fazendeiros de Lajes, Santa Catarina, região sul do Brasil. Para os camponeses/as, quando esses invasores chegaram na região, portando máquinas para trabalhar a terra, expulsando moradores, desmatando para produzir soja. Os moradores titulados foram pressionados com uso de violência para venderem suas terras. Os fazendeiros usaram desde queima das casas a assassinato de animais. Com medo as famílias não encontravam apoio e venderam suas terras para aos fazendeiros/grileiros, na qual muitas vezes portando documentos das terras ameaçavam a comunidade. O depoimento de Dona Raimunda, posseira na Comunidade Tauá desde 1952, demonstra o sofrimento em que as famílias vivem com a chegada dos grileiros na região:

Vem desse mundo a fora aí, chegou dizendo que é dono, querendo me expulsar e eu aguentando toda a vida, passando enfermidade de pé firme, segurando na mão de Deus. Ameaças de pistoleiros na primeira vez, na segunda vez tocaram fogo, roças destruídas de trator, os animais foram tudo matado por

ele, não tenho mais nenhum animal, o restinho que tenho está magro tocando birimbau. E aí estou nessa situação. [...] olha, meus filhos nasceram e se criaram aqui, eu sou do lugar. Para a gente ver a família da gente sofrendo, eu sofrendo, os meus filhos sofrendo [...] onde nasceram e se criaram, chega esse povo invadindo e diz que eu é que sou invasora, sem eles ter direito nenhum e eu sem direito de trabalhar. [...] Vocês estão vendo esse mutirão de gente, nasceram aqui também e estão querendo expulsar de qualquer jeito. Botaram veneno na água, passei três meses com a água envenenada parecendo esse papel aqui, isso para me envenenar, mas não envenenam, porque tenho de onde tirar outra água. Morreram os animais, galinha, pato, peixes do rio, pois passou três meses envenenada. Desmatou no arrastão da soja aí da frente, desmataram foi tudo, não ficou nada, mas eu não saio daqui, aqui é meu lugar. Se chegar a oportunidade de tirarem minha vida, pois vocês tiram bem aqui, pois não saio de maneira nenhuma². (Movimento Regional Por La Tierra, 2019, p. 8).

Em 1992 ocorreu a grilagem das terras dos camponeses/as da Gleba Tauá. Em 2009 as terras foram fracionadas em quinze partes, sendo lotes menores a 1.200 hectares, pois dessa forma era possível enquadrar nos critérios da Lei de Regularização Fundiária n. 11.952/2009. A venda das terras resultou no total de R\$ 173.000,00, sendo R\$ 14,00 o hectare da terra. Com o processo do cadastro das quinze áreas no Programa Terra Legal, foi requerido a titulação dos lotes (Terra Legal, 2012). E, em 2010, as dezoito famílias de posseiros fizeram o cadastramento no Programa Terra Legal para regularizar suas áreas de posse. E nesse mesmo ano, os camponeses(as) passam a ser alvo da primeira Ação de Reintegração de Posse movida pelo grileiro (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

Devido às inúmeras denúncias registradas em Boletins de Ocorrência e protocoladas nos órgãos públicos, foi publicada pelo MPF a portaria nº 39, de 24 de janeiro de 2011, com Procedimento Preparatório nº 1.36.000.000322/207-25, instaurado para apurar as denúncias de desmatamento na Tauá. Porém, apressados para resolverem o conflito na Gleba Tauá, o MPF, INCRA SR26 e o Terra Legal realizaram várias reuniões durante o ano de 2011, sobre o caso da Tauá. Em duas das reuniões, o objetivo era tentar convencer as famílias de posseiros, especialmente Dona Raimunda, a assinar um acordo juntamente com os grileiros, de forma que ela, familiares e vizinhos teriam suas terras reduzidas em lote de assentamento criado pelo INCRA, e o Terra Legal regularizaria 8.400 hectares para os grileiros. Nessa data, tanto o INCRA como o MPF estavam levando em consideração apenas as informações do laudo técnico de vistoria de 2007. Na ocasião desse acordo, esses órgãos não consideravam as irregularidades dos processos requeridos pelos grileiros (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

² Depoimento de Dona Raimunda na audiência pública realizada em 2012.

Nos anos de 2011 e 2012, houve a intensificação dos conflitos, no qual a liderança Dona Raimunda sofreu forte perseguição por parte dos fazendeiros, inclusive com ameaças de morte, com disparos de arma de fogo e a presença de pessoas estranhas circulando a comunidade, em especial sua casa. Mas, a comunidade não recua, continua resistindo, exige, desta vez que o MPF e a ouvidoria agrária Nacional fizessem vistoria nas suas terras, pela segunda vez. Uma vitória conseguida. Desta vez foi constatada que havia conflitos na área, o que era importante para a comunidade. Pois, pode constatar que a comunidade era posseira tradicional e que havia irregularidades nos processos de regularização das terras, realizadas pelos fazendeiros. Investigações foram realizadas nas propriedades dos fazendeiros e no cartório de Goiatins para averiguação de fraudes no processo de regularização fundiária, pela Polícia Federal (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

Logo após a reunião, ainda em 2012, as famílias sem-terra do município da cidade de Barra do Ouro e do povoado Morro Grande ocuparam a Tauá e começaram a fazer roças. No ano de 2013, esse grupo de ocupantes já somava 64 famílias. A ocupação da área pelos sem-terra configurou a retomada das terras. Pois, boa parte das pessoas ocupantes são parentes dos posseiros que foram pressionados para vender suas terras, alguns são filhos de posseiros antigos que ainda vivem na Tauá e outros são parentes dos camponeses (as) titulados pelo GETAT. No início, não tinha luta conjunta dos posseiros (são pessoas que vivem há muito tempo em terras públicas, mas ainda não foi regularizada a posse da terra) e ocupantes (são pessoas sem-terra, que recém-ocuparam a terra como forma de pressionar o Estado brasileiro a realizar Reforma Agrária), mas com o passar do tempo e com a pressão violenta do suposto fazendeiro, as famílias se uniram em processo de luta e resistência. Passaram a somar força nos espaços coletivos de reuniões, mobilizações, Encontros de Camponeses e Camponesas realizados pela Articulação Camponesa e a CPT (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

Para Medeiros (2017, p. 64), em contraposição à violação dos direitos sociais, os/as camponeses/as:

[...] criam e recriam seu modo de resistir e lutar pelos seus direitos. As lutas e o processo histórico de resistência desses trabalhadores rurais apresentam diferentes formas, desde ocupações até resistências por meses, ou mesmo anos, na terra, muitas vezes em acampamentos ou casas improvisadas. Nesses processos, são surpreendidos por jagunços que os atacam, queimam suas casas, jogam suas famílias à beira da estrada, sem qualquer possibilidade de resistência. Outras vezes, são jagunços acompanhados de policiais militares, oficiais de justiça, que cumprem essa tarefa. As ações mais comuns são despejo, na qual as autoridades muitas vezes são os próprios grileiros, que os atacam.

Em 2017 foi realizada a retomada de quatro áreas onde os supostos donos “grileiros”, detinham o poder, as fazendas: Tocantins, Jurubeba, Valença e Conquista. Também foram criados dois assentamentos da reforma agrária: São Pedro, Rio Tocantins. Entretanto,

to, não foram regularizadas as famílias na área. A vitória é importante, mas não resolve os problemas, pois a situação das famílias mais antigas, não foram resolvidas, uma vez que não houve a regularização pelo programa Terra Legal. Nesse caso, a luta continua.

O mapa social realizado pelos camponeses/as na Gleba Tauá, apresenta a memória de um processo de sociabilidade vivenciado pelos moradores/as que resistem à invasão dos fazendeiros/empresários do agronegócio:

Foto: Mapeamento social da comunidade Tauá - Comunidade Tradicional



Fonte: ALMEIDA, Rejane C. M., 2019.

Foto: Mapeamento social da comunidade Tauá- Ocupantes



Fonte: ALMEIDA, Rejane C. M., 2019.

Produção camponesa e processo de vida no território: Agroecologia e resistência

A agroecologia, como ciência, funda-se em práticas e movimentos, conhecimentos, saberes, técnicas e tecnologias, ou mesmo, os movimentos e práticas geram novas práticas agroecológicas. Nessa dimensão os agricultores reproduzem aspectos de uma cultura camponesa com herança histórica, que vai aos poucos introduzindo as inovações geradas pela ciência. Nesse caso, as práticas agroecológicas são resultado de culturas compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, uma vez que se constroem sob o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna (Leff, 2002).

A partir dessa abordagem sobre agroecologia, identificamos através do *survey* realizado com os camponeses, que uma das principais características da Comunidade Tauá é a produção de alimentos diversificados. Apesar de as famílias estarem cercadas por lavouras de soja e confinadas em pequenas áreas de terra inferiores a 5 hectares, desenvolvem a produção de alimentos através das roças de toco e de quintais produtivos, tendo como sistema de produção o policultivo, que é uma combinação de espécies de plantas no mesmo espaço. Assim, nas roças de toco, encontra-se o cultivo de mandioca, milho, feijão trepa-paú, fava, abóbora, arroz, melancia etc. Nesse sentido, o agente de pastoral e engenheiro agrícola, Pedro Ribeiro, que tem mais de 15 anos de experiência de trabalho com as comunidades da região nordeste do Tocantins, diz que as famílias camponesas desenvolvem a produção de alimento num sistema de produção próprio do campesinato dessa região:

O sistema de produção é conhecido e chamado entre outros termos como roça de toco, eu vejo como um sistema simples, mas muito bem elaborado de forma sábia e muito eficiente, em que permite [...] numa pequena área, produzir uma quantidade significativa de alimento, em qualidade e diversidade, alimento que é a base da segurança alimentar da família e com produção de excedente, com uma maneira eficiente e segura mesmo, e que respeita e até favorece o equilíbrio do ambiente. [...] Então, essa relação dos camponeses com ambiente e o cerrado, com esse sistema da roça de toco chamada, isso pra mim, é de fundamental importância e muito rico. Porque é uma técnica simples, mas, é eficiente no sentido de garantir a produção de alimento e ao mesmo tempo preservar todo o meio ambiente, inclusive a água. Porque uma vez que você explora uma pequena área e que essa pequena se regenera e se reconstitui, você está preservando uma área muito mais extensa, que é o cerrado maior. O espaço maior do cerrado com sua vegetação nativa, permite o equilíbrio das nascentes e ribeirões (Entrevistado *apud*, SANTOS, 2019).

As áreas que ficam ao redor das casas, têm sido um significativo espaço de produção de alimentos saudáveis e de geração de renda, especialmente para as mulheres. Encontra-se nos quintais produtivos das famílias da Gleba Tauá uma diversidade de produção, desde, hortas, criação de galinhas, criação de suínos, criação de patos, ervas medicinais, frutos e mandioca. É também onde se localizam as fábricas artesanais de farinha de mandioca e o lugar do beneficiamento do arroz através dos pilões de madeira. O quintal das famílias tem aproximadamente 2,5 hectares. E é nessa pequena área que muitas pessoas produzem o sustento da família (Movimento Regional Por La Tierra, 2019).

Nessa abordagem, pode-se perceber que a agroecologia apresenta como prática o

enlaçamento de saberes culturais, tradicionais, que se apresenta a uma forma de produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social em consonância com a natureza. Dessa forma, a atividade laboral do agricultor é permeada por cosmovisões e produção de novas formas de produzir, com a confluência de saberes, como os científicos interdisciplinares e os tradicionais, nos quais não há um melhor que o outro, apesar de o saber dominante destruir as condições para a existência de alternativas, de forma semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (SHIVA, 2003).

Figura 6 - Ervas medicinais e criação de galinha caipira



Fonte: Santos, Valéria, 2018.

Para Saquet (2017) a valorização dos conhecimentos populares e locais, em relação à conservação e preservação da natureza, da autonomia decisória das famílias, da produção sem insumos químicos, criticando a racionalidade do capital, o desenvolvimento pautado em monocultivo e na concentração de terras faz dos camponeses protagonistas políticos de transformações com base na “[...] agroecologia substantiva-se como prática produtiva e de vida [...] contrapondo-se ao cultivo convencional e à produção capitalista centrada no uso de insumos químicos e na mecanização” (SAQUET, 2017, p. 82).

Outrossim, na perspectiva de Maffesoli (2001, p. 19), “[...] O cotidiano deve ser compreendido como laboratório alquímico das minúsculas criações [...], como lugar da “recriação” de “si” e da manutenção da identidade que permite a resistência”. Nesse movimento, o autor, chama atenção que é por meio das tensões e dramas do cotidiano que, para além do político, do jogo das palavras, da complexidade deste campo, de palavras de ordem que se constitui a soberania do social, pelo menos, esta é, uma possibilidade de leitura e compreensão do social.

Considerações finais

A pesquisa indicou que a luta pelo território dos posseiros e, mais tarde, os ocupantes, revelam um tempo que faz sentido a partir da exploração dos fazendeiros sulistas sobre as terras camponesas; e que o projeto do capital, acúmulo de riqueza, impõe-se sobre a vida dos camponeses e camponesas que vivem e produzem na Gleba Tauá. A modernização da agricultura brasileira, que tem no agronegócio a matriz do símbolo da modernidade, passa a ser identificada pelas forças sociais, a ser combatida. Os/as camponeses/as vêm seus territórios invadidos e sofrem violências de toda natureza, como foi exposto ao longo do texto. Ocorre um aprofundamento da concentração fundiária, uso de recursos naturais, sementes transgênicas e o uso abusivo de agrotóxico. Todos esses elementos compõem o conjunto de regras para a produção do agronegócio.

No que se refere ao perfil do agronegócio, observa-se que produz uma característica marcante, que é o controle de áreas cada vez mais extensas do país, assim como a concentração de empresas com controle internacional.

A pesquisa indicou, ainda, que ocorre, a hegemonia do agronegócio como modelo

de desenvolvimento do capitalismo, produtor de *commodities* e que com suas estratégias destrói a vida dos camponeses e camponesas; desalojando-as/os dos seus territórios, invadem suas produções com outra cultura, que é baseada no monocultivo. No caso do município Barra do Ouro, há uma intensificação da invasão dos territórios camponeses, com o uso de violências.

Entretanto, o poder hegemônico do agronegócio ocorre pelo controle político e econômico que possui sobre o Estado, em especial sobre os governos. Não obstante a este modo de produzir agricultura, os camponeses/as carregam outro modelo de produção de alimentos, qual seja, a prática de policultivo, e hoje, desenvolvem práticas agroecológicas para um modelo de desenvolvimento da agricultura, que diferem do agronegócio em escala, intensidade, temporalidade, lógica e dimensionalidade. Os/as camponeses/as, constituem-se na posse comum de valores enraizados, desde os costumes, língua, tradições um conjunto de artefatos que produz culturas.

Referências

Acevedo Marin, R. E.; Castro, E. M. R. de. **Negros de Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1998. v. 1000. 262 p.

Almeida, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

Castilho, M. W. V.; Castro, J. G. D. C. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja – O Caso da Serra do Centro em Campos Lindos - TO. Araguaína – TO: FASE/ CPT/APA-TO**, 2006.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Justiça cega no Tocantins: moradores históricos da Gleba Tauá podem ser expulsos de suas terras**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/2961-justica-cega-no-tocantins-moradores-historicos-da-gleba-taua-podem-ser-expulsos-de-suas-terras>>. Acesso: 01 ago. 2018.

Cunha, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Garcia, A. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Dossiê. Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 154- 189.

Glass, V.; Santos M. (Orgs.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2018.

Hobsbawn, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/barradoouro/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47001>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Leff, E. **Epistemologias ambiental**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

Maffesoli, M. **A conquista do presente**. Natal/RN: Argos, 2001.

Malinowski, B. Introdução, tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 17-34.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ofício/INCRA/SR-26/OAR/Nº 42**. Palmas/TO: Ouvidoria Agraria Regional, 03 jun. 2015.

_____. **Programa Terra Legal**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/serfal/etapas-do-programa>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Martins, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 1985.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Medeiros, R. **Práxis Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no Tocantins: trajetória de organização e formação política**. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, 2017.

Mies, M.; Shiva, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

Movimento Regional por la Tierra: **Tierra y territorio. Luta e resistência das famílias posseiras e ocupantes da gleba Tauá**. Disponível em: <https://porlatierra.org/casos/185/naturaleza>. Acesso em: 02 jun. de 2019.

Nierderle, P. A.; Wesz Junior, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

Santos, M.; Glas, V. (Orgs.). **Altas do agronegócio, fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.; il.; 29,7cm.

Santos, V. P. **As mulheres camponesas e os impactos socioambientais da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO**. Dissertação de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Universidade Federal do Tocantins, 2019.

Saquet, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Sequência, 2017.

Shiva, V. **Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaya, 2003.

Sauer, S.; Borrás Jr. S. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

Signatario Tocantins. **Dona Raimunda Gleba Tauá e Binotto**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/v=sBEPREwWVZ4>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Terra Legal. **Divisão Estadual do Tocantins de Regularização Fundiária da Amazônia Legal Peça Informativa SRFA 09, nº 01/2012**. Palmas, 2012. No prelo.